

Ministra afirma que serão destinados R\$ 2 bilhões para os certames, que podem abrir cerca de 8,5 mil vagas em todo o país neste ano. Ela adiantou apenas o que será feito para a Funai

# Govto pretende anunciar concursos até o fim de maio

INGRID SOARES E ROSANA HESSEL

Brasília – A ministra de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, informou, ontem, que o governo federal pretende anunciar, até o fim de maio, todos os concursos públicos de 2023. A Lei Orçamentária deste ano disponibiliza cerca de R\$ 2 bilhões para novos editais de concursos. O anúncio foi feito durante evento no Palácio do Planalto para sanção do projeto de lei que reajusta em 9% os salários dos servidores públicos federais, incluindo aposentados e pensionistas. Ela não quis detalhar a quantidade de vagas que serão abertas com os novos certames, porque o número ainda está em estudo. “Sei que apareceu um número de 8,5 mil, que era um número que está sendo estudado. Não tenho como garantir que será esse número, mas sei que há um número de vagas realmente”, declarou. Em discurso durante a cerimônia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o

govto “vai ter que fazer” concursos para diversas áreas do serviço público. Sem citar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o chefe do Executivo disse que o Brasil passa por um processo de reconstrução e que a melhoria em serviços oferecidos pelo Estado, como na saúde e educação, passa também pela contratação de mais servidores.

“Nas próximas semanas, a gente vai anunciando a utilização destes recursos [para concursos]. A gente espera que até o final de maio consiga anunciar todos os concursos com base no valor previsto no Orçamento para que possam acontecer ainda neste ano”, disse a ministra Esther Dweck. Segundo ela, a autorização para novos concursos não está mais acelerada porque, com a troca de governo, os ministérios precisam discutir a redistribuição de vagas e as prioridades da nova gestão. A titular da pasta adiantou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) abrirá 502 vagas, de acordo com a

“Sei que apareceu um número de 8,5 mil, número que está sendo estudado. Não tenho como garantir que será esse número, mas são milhares de vagas. Nas próximas semanas, a gente vai anunciando a utilização destes recursos [R\$ 2 bilhões para concursos]. A gente espera que até o final de maio consiga anunciar todos os concursos com base no valor previsto no Orçamento para que possam acontecer ainda neste ano”

Esther Dweck, ministra de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

espera de autorização é do Ministério do Meio Ambiente. Desde a sua criação pelo novo governo, o Ministério da Gestão autorizou dois concursos neste ano. O primeiro, em março, foi destinado ao preenchimento de 30 vagas para o cargo de terceiro-secretário da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, que exige nível superior completo. O último edital de concurso para diplomação foi publicado em 2022, com a oferta de 34 vagas, de acordo com a

pasta. O segundo certame foi autorizado em abril, para preencher 814 vagas de nível superior nas funções de analista, tecnólogo e pesquisador do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI). Em fevereiro, o MCTI também autorizou a nomeação de 40 candidatos aprovados no concurso público para especialistas em recursos minerais da Agência Nacional de Mineração.

Lula ressaltou a necessidade dos concursos: “Aos poucos, você vai ter que ir colocando servidor no seu lugar, aqueles concursados no seu lugar. A gente vai ter que fazer concursos em várias carreiras para a gente repor aquilo que tinha desaparecido”. As vezes há uma incompreensão, não sei se por má fé ou não. Mas toda vez que a gente fala em concurso, algumas pessoas falam ‘começou a gastar’. Algumas pessoas não querem compreender que para melhorar qualquer serviço tem que contratar serviço humano, mulheres e homens. O ser humano

precisa do ser humano”, declarou. “A gente precisa de gente atrás do balcão para ouvir, dizer sim, dizer não. Não se melhora a educação sem funcionários técnicos. Não melhora a saúde sem mais médicos e enfermeiros. Se melhora o serviço público se contratar mais gente”, continuou.

“Diante do furacão que o Brasil foi vítima, se tem uma coisa que a população aprendeu com a passagem do des-governo é valorizar a democracia, a negociação e o diálogo. Esse país passou exatamente quise seis anos em que não se teve uma reunião com sindicato, governador ou prefeito. Era um país que tinha um governante que falava apenas com os seus e esquecia que a sociedade é composta de muito mais gente. As pessoas precisam compreender que estamos na fase de reconstrução de um país que foi desmontado. Vocês não têm noção do desmonte que chamamos”, afirmou também o presidente da República. (Com agências)



Ao lado da ministra de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o reajuste de 9% para os servidores federais, em evento no Palácio do Planalto

## Lula sanciona reajuste de 9% para servidores federais

BRUNO Nogueira

Brasília – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, ontem, a lei que reajusta em 9% os salários dos servidores públicos federais ligados ao Poder Executivo, incluindo aposentados e pensionistas. De acordo com os dados do Painel Estatístico de Pessoal, compilados pelo Ministério do Planejamento, 1.207.877 trabalhadores serão contemplados com o aumento valendo na folha a partir de maio, com o pagamento ocorrendo a partir de junho. Em Minas Gerais, 92.708 servidores serão beneficiados. Esse é o primeiro acordo para reajuste dos servidores desde 2016, quando a Mesa Permanente de Negociação entre servidores e governo federal foi fechada após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). De lá para cá, o número de trabalhadores no serviço público federal caiu quase 4% e atingiu o menor

patamar desde 2010, quando 1.198.340 pessoas eram empregadas pelo governo. Atualmente, dos mais de 1,2 milhão de trabalhadores civis em abrangência nacional, 45,96% são ativos, 34,57% são aposentados e 19,48% são pensionistas. Em Minas, 50.927 servidores estão ativos, com uma média de idade de 46 anos, outros 30.384 são aposentados e 11.397 recebem pensão. Em cerimônia no Palácio do Planalto, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, destacou a importância da retomada da mesa de negociação em fevereiro. “É um acordo que a gente contou com a assinatura de praticamente todas as entidades sindicais. Foi um acordo que teve aprovação em quase todas as assembleias, em um tempo recorde. É um compromisso com a democracia que foi estabelecido justamente com a reinstalação da Mesa Permanente de Negociação”, disse.

Dweck lembrou que a mesa foi criada em 2003, durante o primeiro governo Lula, a pedido do próprio presidente. “Seria uma garantia de um espaço de diálogo permanente com os servidores, para que a gente possa ter relações de trabalho que sejam fraternas e de muita escuta”, ressaltou a ministra, que também ressaltou que o reajuste foi feito dentro da lei orçamentária. O reajuste acordado com os sindicatos também contempla o aumento de 43,6% no auxílio-alimentação, que passará de R\$ 458 para R\$ 658. O impacto dos reajustes no orçamento deste ano será de R\$ 11,6 bilhões. O texto da lei sancionada foi aprovado pelo plenário da Câmara e do Senado.

Durante o evento, o presidente Lula destacou que o reajuste é importante para melhorar o salário e manter as pessoas no serviço público. O presidente parabenizou os dirigentes sindicais que esteve

ram ativos nas negociações e elogiou o trabalho da ministra Esther Dweck e sua equipe. “Pela capacidade de conseguir articular tantos interesses diversos e fazer com que a gente tivesse um acordo que pode não ser tudo que as pessoas desejavam, mas é uma coisa muito importante diante do furacão que o Brasil foi vítima nos últimos períodos”, afirmou o petista fazendo referência aos governos passados. Em sua fala, Esther Dweck também fez uma referência ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, mas com referência ao ex-ministro da economia, Paulo Guedes, que em 2020 comparou os funcionários públicos com “parasitas”. “Esse reajuste também representa, principalmente, uma valorização dos servidores e servidoras. É uma demonstração clara de que o governo não vê os servidores como ‘parasitas’, como já foi falado aqui”, disse a ministra.

## Desemprego chega a 8,8% no primeiro trimestre

FERNANDO Strickland

Brasília – A taxa de desocupação encerrou o primeiro trimestre de 2023 em 8,8%, um aumento de 0,9 ponto percentual na comparação com o trimestre anterior. Esse é o menor resultado para o período desde 2015, quando a taxa ficou em 8,0%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número de desocupados cresceu 10,0%, o que representa um acréscimo de 860 mil pessoas à procura por trabalho, e chegou a 9,4 milhões, já o total de ocupados teve queda de 1,6%, menos 1,5 milhão de pessoas, ficando em 97,8 milhões. No mês passado, o desemprego atingiu 9 milhões de brasileiros, com a taxa em 8,4%.

A coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy, informou que esse movimento de redução da ocupação e expansão da procura por trabalho é observado em todos os primeiros trimestres da pesquisa, com exceção do ano de 2022, que foi marcado pela recuperação pós-pandemia. O resultado do primeiro trimestre pode indicar que o mercado está recuperando seus padrões de sazonalidade, após dois anos de movimentos atípicos, analisou. O nível de ocupação, percentual de pessoas ocupadas e em idade de trabalhar, chegou a 56,1%, caindo 1,0 p.p. frente ao trimestre anterior (57,2%), mas 1,0 p.p. maior que igual trimestre do ano anterior (55,2%). “A queda na ocupação reflete principalmente a redução dos trabalhadores sem carteira no setor público ou no privado”, disse Beringuy.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

**Seção:** Política **Página:** 3